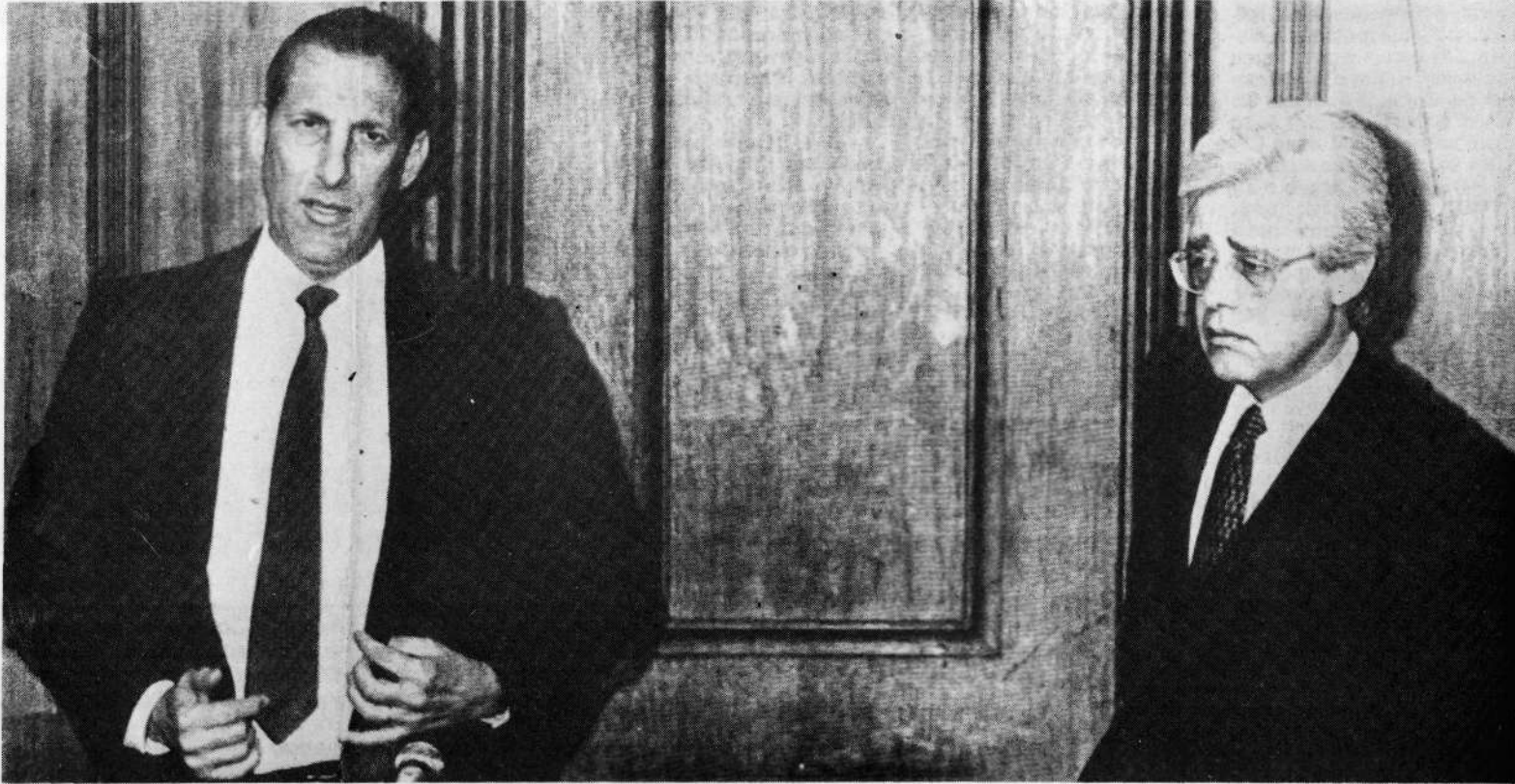


O PROJETO CABRAL ANC PB

# Quércia e Moreira organizam o contra-ataque

JOAO BITTAR/ANG.



Quercia e Moreira Franco, dois presidencialistas, criticaram o projeto do relator, sobretudo na parte política e vão combatê-lo

Da Sucursal

São Paulo — Os governadores Moreira Franco e Orestes Quercia almoçaram ontem no palácio dos bandeirantes, sede do governo paulista. Eles pretendiam aproveitar a visita do governador carioca para avançar na prorrogação da reunião de governadores, que deverá acontecer no Rio de Janeiro na primeira semana de outubro, mas acabaram analisando o texto do substitutivo de Bernardo Cabral. E as conclusões os dois não foram nada favoráveis: "no aspecto político, lamentável", avallou Quercia. "Reedita mecanismos de escolha dos executivos vigentes no autoritarismo", completou Moreira Franco.

A crítica dos dois concentra-se, principalmente, na introdução do artigo que prevê a escolha do Presidente, governadores e prefeitos através de um Colégio Eleitoral — formado por parlamentares — caso nenhum dos candidatos alcance maioria absoluta no primeiro turno. Na opinião de Moreira "só por milagre, num quadro pluripartidário, algum candidato pode ter maioria absoluta", e esse artigo, na prática, simplesmente instaura a eleição indireta para os

cargos do Executivo.

As restrições de Quercia ao substitutivo foram contundentes. De início, ele aprovou o texto da reforma tributária, mas ao analisar os aspectos políticos, não economizou críticas: "Fiquei muito preocupado com o parecer de Cabral. Temos uma nova colcha de retalhos", disparou.

O principal alvo da irritação que Quercia não procurou esconder foi o relator Bernardo Cabral. O governador de São Paulo acusa o deputado do PMDB do Amazonas de ter cedido às pressões de diversos grupos. "Quem chegou e pressionou, conseguiu introduzir sua disposição transitória. A persuasão, que é natural na democracia, repercutiu de tal forma que o que está escrito é difícil de ser aceito", comentou Quercia. E essas críticas ao relator ficaram mais evidentes quando o governador de São Paulo apelidou ironicamente de "Bernardão" o artigo que trata da estabilidade dos funcionários públicos.

Essas disposições contrárias ao novo substitutivo deverão motivar uma nova ofensiva dos presidencialistas contra a adoção do parlamentarismo. Tanto Quercia como Moreira Franco, presidencialistas assumidos, reiteraram essa disposição depois do al-

moço ontem. O paulista argumenta que o parlamentarismo, como pretendem definir na futura carta, vai agravar ainda mais os desequilíbrios sociais.

Os governadores pretendem agora colocar todas as suas armas para combater a reedição do Colégio Eleitoral e, de quebra, vão procurar novos aliados em sua luta contra o parlamentarismo. Quercia chegou a admitir que essa fórmula — que em nenhum momento foi cogitada — poderia ter sido apresentada por Cabral para, no futuro, abandoná-la em troca da aceitação do parlamentarismo.

Ficou claro, pelos comentários dos dois, que foram pegos de surpresa nesse ponto do novo texto e que querem digeri-lo melhor antes de armar a contra-ofensiva. Para isso, contam com um adversário já identificado por Quercia: o escasso prazo de tempo. Eles agora vão intensificar suas pressões para atrair aliados entre os constituintes. E a reunião de governadores, que pretendia servir para uma discussão dogmática dos rumos do PMDB, poderá se transformar num fórum de protestos contra o Colégio Eleitoral e, indiretamente, contra o trabalho de Bernardo Cabral.

## Brossard: sistema de Governo foi mutilado

MARILDA MASCARENHAS Enviada Especial

Curitiba — O ministro da Justiça, Paulo Brossard, criticou ontem o anteprojeto de Constituição do relator Bernardo Cabral, apontando uma série de falhas e omissões que ele considera perigosas para o País. O ministro passou o fim de semana examinando detalhadamente o texto do anteprojeto e concentrou suas críticas principalmente à forma apresentada pelo relator para o sistema de governo: — "Eu não votaria esse projeto de parlamentarismo. É um modelo mutilado, deformado, e isso eu não quero para o meu País.

O ministro fez essas declarações ao abrir ontem em Curitiba a 1ª reunião ordinária da Região Sul do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

O ministro foi incisivo ao analisar o texto do anteprojeto de Constituição, que

ele acha, ao todo, ruim. O projeto consagra uma "anomalia política", criticou, ao esclarecer que o parlamentarismo proposto não é o modelo puro. "Ele não prevê, por exemplo, um dos elementos clássicos desse sistema que é a dissolução da Câmara", citou, explicando que a única hipótese prevista para a dissolução é simplesmente inviável. Ela só ocorreria se depois de 48 horas a Câmara não conseguisse eleger um novo primeiro-ministro.

A ser aprovado o texto atual, o ministro lembrou que o Brasil teria não um sistema parlamentarista de governo, mas um governo de assembleia, como ocorreu na França durante a 3ª República. E, para o ministro, esse modelo híbrido seria extremamente maléfico para o País. "A fazê-lo é preciso fazer bem feito. Fazê-lo de uma forma mutilada, deformada, é preferível manter o sistema atual", opinou. Brossard é parlamentarista histórico e não vê nenhum inconveniente político de sustentar uma posição divergente do presidente José Sarney. — "É uma posição pessoal", afirmou. O ministro defende o sistema parlamentarista, mas com um período de implantação diferente do proposto pelo anteprojeto: só depois de terminado o mandato do presidente José Sarney.

O sistema de governo não é, entretanto, sua única crítica ao anteprojeto. "Não se pode fazer uma Constituição com um relógio na mão", condenou, criticando também outros pontos, como o sistema tributário, que, para ele, foi tratado de uma forma muito perigosa. "Da forma como está, a União vai acabar pedindo dinheiro aos Estados", analisou. O ministro acha difícil a aprovação integral do novo texto constitucional. E alimenta uma pequena esperança de que os constituintes resolvam começar tudo de novo.

## Para Collor, texto desrespeita o povo

Do Correspondente

Maceió — O governador Fernando Collor considera o projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral "um desrespeito à vontade do povo brasileiro", tendo em vista que não representa "nem de longe" as suas aspirações. "O povo quer votar para Presidente da República em 1988 e deseja que o eleito com o respaldo de mais de 40 milhões de votos, efetivamente demonstre, no exercício do cargo, que há Governo neste País".

Collor concorda com o Palácio do Planalto em pelo menos um ponto: ele é também presidencialista, "não há regime de governo melhor que o parlamentarista", ponderou, "mas seria temerário tentar implantá-lo neste momento, num País onde não há partidos políticos ideologicamente definidos nem suficientemente

fortalecidos, com programas conhecidos, resultados de amplo debate com a sociedade".

O governador de Alagoas considera que ao parlamentarismo são indispensáveis instituições democráticas sólidas, "inimáveis sobressaltos golpistas", além de necessariamente estar implantada uma burocracia profissional, que não mude toda vez em que um gabinete for modificado, como é frequente naquele regime. Ademais, segundo ele, o próximo Presidente da República será eleito com maioria absoluta de votos, o que significará uma votação superior a 40 milhões de votos e ele não vê como justificar ao eleitor que não será o escolhido quem vai exercer o governo, mas o parlamentar que chefiará o partido majoritário, mas o provável primeiro-ministro, e que poderá ter chegado ao Congresso com a representatividade limitada de 100 mil votos.

## No plenário, relator só escuta os elogios

Integrantes das bancadas do Norte e do Nordeste manifestaram seu apoio e agradecimento ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), na sessão de ontem da Câmara dos Deputados. Segundo os oradores, Cabral acolheu as propostas em emendas que as bancadas apresentaram e, se prevalecerem os dispositivos do substitutivo na nova Constituição, aquelas regiões encontrarão seu desenvolvimento. Depois de ouvir ainda os agradecimentos dos deputados Nelson Aguiar (PMDB-ES) e Nelson Seixas (PDT-SP), pelo acolhimento de emendas de proteção ao menor e ao excepcional, o relator se retirou do plenário e não ouviu as críticas do PT e do PDT, centradas na questão do sistema de governo.

Foi o deputado Paulo Delgado (PT-MG), falando pela liderança de seu partido, quem interpretou a série de agradecimentos ao relator, resumindo as manifestações das bancadas

do Norte e do Nordeste e outras isoladas como corporativismo. "O substitutivo acolhe propostas que nem sempre representam uma ampla parcela da população", disse ele. "Por isso, o que se vê agora é um grupo de deputados defendendo o relator porque teve sua emenda aprovada".

Tanto Paulo Delgado quanto o deputado Ademar de Barros Filho (PDT-SP), também no horário de comunicações de lideranças, criticaram o substitutivo pela solução encontrada para o sistema de governo. A conclusão dos dois parlamentares é que os dispositivos apresentados por Cabral restabelecem a escolha indireta de um Presidente de República. "É uma forma ardilosa de não querer eleições diretas", afirmou Paulo Delgado, "a mesma adotada pela Bolívia que, com todo respeito a seu povo, não deve servir de modelo constitucional ao Brasil". O deputado pedetista lembrou ao plenário que o diretório nacional de seu partido se

reuniu domingo e se posicionou contra esta solução colocada no anteprojeto.

ALFORRIA

Entre as críticas ao seu substitutivo, Bernardo Cabral colheu também os frutos das negociações firmadas com as bancadas do Norte e do Nordeste. Depois de chamar o relator de "ilustre constituinte de alto espírito público", o deputado Eraldo Trindade (PFL-AP) destacou que o substitutivo "dá àquelas regiões a carta de alforria dos pesados grilhões da pobreza, causada pelo seu subdesenvolvimento". Ele não foi o único a agradecer o acolhimento das emendas que beneficiam as duas regiões. O deputado Raimundo Bezerra (PMDB/CE) disse logo depois que, com a participação de Cabral, "só agora a Nação vai poder pagar a grande dívida que tem com a população nordestina e nortista". As críticas ao relator e ao seu trabalho são, para ele, partes de um "movimento orquestrado" para desestabilizá-lo.

## Colégio Eleitoral surpreende Queiroz

O deputado Saulo Queiroz (PFL-MS) disse em entrevista na manhã de ontem que "seria o maior milagre do mundo se o texto do relator conseguisse agradar a todo mundo, e agora nós devemos nos comportar com racionalidade, deixar de lado as críticas e vamos em busca das correções, cada um no interesse de defender aquilo que acha deva ser mudado na Constituição".

Para ele, "o que de fato causou espécie no projeto, e acho até que foi um cochilo do relator, pois não posso aceitar que pelo espírito do deputado Bernardo Cabral passasse aquela fórmula, foi o retorno ao Colégio Eleitoral". Saulo Queiroz considera que "o retorno agora está amplificado do, porque não se limita apenas às eleições de Presidente da República, mas alcança inclusive as eleições

de governador e prefeito, e não tenho nenhuma dúvida de que, maciçamente, o espírito da Constituinte rejeita esta fórmula, ela já foi rejeitada em praça pública, nós fizemos há algum tempo uma campanha memorável nesse País pelas eleições diretas, então a questão ficou extremamente complicada".

Saulo Queiroz lembrou ainda que "seriam os atuais deputados estaduais, em final de mandato, que iriam eleger o governador, e os atuais vereadores, agora já em 1988, que iriam eleger o novo prefeito, na hipótese de não se alcançar maioria absoluta, e esta maioria hoje é uma quimera, é um sonho, com o pluripartidarismo muito difícilmente alguém conseguirá maioria absoluta nos pleitos municipais ou estaduais".



JOAO BITTAR/ANG.